

## SUMÁRIO

Apontamentos sobre a 32ª edição .....	VII
Nota à 31ª Edição .....	IX
Prefácio à 29ª Edição.....	XI
Prefácio à 28ª Edição.....	XIII
Prefácio à 26ª Edição.....	XVII
Prefácio à 25ª Edição.....	XXI
Prefácio à 14ª Edição.....	XXIII
Prefácio à 13ª Edição.....	XXV
Prefácio à 7ª Edição.....	XXVII
Prefácio à 4ª Edição.....	XXIX
Plano da Obra.....	XXXI
INTRODUÇÃO .....	1

### Capítulo I

#### DIREITO TRIBUTÁRIO

<b>1. Direito positivo e Ciência do Direito .....</b>	<b>5</b>
2. A linguagem do legislador e a linguagem do jurista .....	8
3. Texto de direito positivo e norma jurídica .....	11

XXXIII

## CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

4. Sistemas jurídicos — sistema do direito posto e sistema da Ciência do Direito.....	14
5. O conjunto das normas válidas como objeto da Ciência do Direito .....	15
6. Conceito e definição de Direito Tributário positivo e de Ciência do Direito Tributário — o falso problema da autonomia .....	17
7. Outras denominações da disciplina .....	20

### Capítulo II

#### TRIBUTO

1. Acepções do vocábulo “tributo” .....	23
2. A definição do art. 3º do Código Tributário Nacional	27
3. Tipologia tributária no Brasil — o critério constitucional para a determinação da natureza do tributo	31
4. O art. 4º do Código Tributário Nacional — denominação e destino do produto da arrecadação .....	32
5. Empréstimo compulsório.....	34
6. O imposto como tributo não vinculado à atuação do Estado .....	37
7. Taxas cobradas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício regular do poder de polícia .....	41
8. Contribuição de melhoria .....	43
9. Das contribuições .....	45

### Capítulo III

#### FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Fontes do direito .....	49
----------------------------	----

PAULO DE BARROS CARVALHO

2. Fontes do direito positivo e fontes da Ciência do Direito .....	56
3. A doutrina .....	57
4. Instrumentos introdutórios de normas tributárias no Direito brasileiro — instrumentos primários e secundários.....	58
5. Instrumentos primários.....	60
6. Instrumentos secundários.....	76
7. Vício formal e vício material .....	79
8. O conceito de legislação tributária para o Código Tributário Nacional.....	81

#### **Capítulo IV**

### **VIGÊNCIA, APLICAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

1. O problema da existência, da validade e da eficácia das normas jurídicas .....	85
2. A questão da vigência.....	88
3. A vigência das normas tributárias no tempo .....	91
4. A vigência das normas tributárias no espaço .....	92
5. Vigência e aplicação das normas jurídicas.....	93
6. Aplicação das normas tributárias.....	95
7. A aplicação das normas tributárias e a retroatividade	97
8. Métodos de interpretação do direito – a interpretação sistemática .....	99
9. A interpretação do direito como um sistema de linguagem	103
10. O tema da interpretação na disciplina do Código Tributário Nacional.....	105

XXXV

CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

11. O percurso da construção de sentido — modelo de interpretação que pode ser aplicado ao direito tributário a partir da análise do discurso ..... 112
12. A interpretação do direito e os limites da interdisciplinaridade ..... 135

**Capítulo V**

**SISTEMA E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS  
TRIBUTÁRIOS**

1. Noção de sistema ..... 139
2. Classificação dos sistemas ..... 142
3. Sistema jurídico — dois corpos de linguagem ..... 144
4. Direito positivo: ordenamento ou sistema? ..... 148
5. Realidades sociais intrassistêmicas e a teoria auto-poética do direito ..... 150
6. A impossibilidade de traduções perfeitas entre os idiomas da mesma família e a conversação que entre eles se estabelece, segundo a concepção de Vilém Flusser ..... 154
7. Regras de comportamento e regras de estrutura ... 155
8. Sistema constitucional brasileiro ..... 157
9. O subsistema constitucional tributário ..... 158
10. Princípios constitucionais gerais ..... 160
11. Princípios constitucionais tributários ..... 174

**Capítulo VI**

**IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS**

1. A noção corrente de imunidade tributária — avaliação crítica 189

PAULO DE BARROS CARVALHO

2. Conceito e definição do instituto — sua natureza jurídica .....	202
3. Paralelo entre imunidade e isenção .....	205
4. A imunidade recíproca.....	206
5. A imunidade dos templos de qualquer culto .....	209
6. A imunidade dos partidos políticos e das instituições educacionais ou assistenciais.....	210
7. A imunidade do livro, dos periódicos e do papel destinado à sua impressão.....	211
8. A imunidade das produções, fonogramas e videofonogramas musicais .....	212
9. Outras hipóteses de imunidade .....	213
10. Imunidades de taxas e de contribuições .....	215

## Capítulo VII

### **NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

1. A Lei 5.172/66, em face da Constituição de 1988.....	217
2. Normas gerais de Direito Tributário na estrutura do Código Tributário Nacional.....	218
3. Breve esboço histórico e as duas mais importantes interpretações do art. 18, § 1º, da Carta de 1967 .....	221
4. A previsão do art. 146 da Constituição vigente.....	226
5. O tema da hierarquia da lei complementar.....	228
6. Hierarquia formal e hierarquia material .....	230
7. Exegese sistemática e compreensão do alcance das normas gerais de Direito Tributário .....	232
8. Conclusões .....	234

XXXVI

## Capítulo VIII

### COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Competência tributária e capacidade tributária ativa	237
2. Sobre as características da competência tributária	241
3. Competência residual e extraordinária .....	248
4. Considerações a respeito da competência como objeto de disciplina do Código Tributário Nacional .....	252
5. Fiscalidade, extrafiscalidade e parafiscalidade .....	256
6. Exercício da competência — a edição das normas tributárias .....	261
7. Normas tributárias em sentido amplo e em acepção estrita .....	262
8. A regra-matriz de incidência — sua estrutura lógica — hipótese e consequência.....	264

## Capítulo IX

### A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA. HIPÓTESE TRIBUTÁRIA E FATO JURÍDICO TRIBUTÁRIO

1. Delimitação do conteúdo de “fato puro”, “fato contábil” e “fato jurídico” .....	267
2. O caráter exclusivamente jurídico do chamado “fato gerador” .....	276
2.1 A respeito da doutrina que recomenda a preferência do conteúdo à forma .....	277
3. A expressão equívoca “fato gerador” .....	280
4. Hipótese tributária e fato jurídico tributário.....	283

5. A subsunção do fato à norma e a fenomenologia da incidência .....	284
6. Hipótese — sua integridade conceitual — fatos jurídicos tributários simples e complexos .....	288
7. Os critérios da hipótese: material, espacial e temporal	291
8. Crítica à classificação dos fatos geradores em função do momento de sua ocorrência .....	302
9. O fato gerador segundo as prescrições do Código Tributário Nacional.....	307

## Capítulo X

### A REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA.

### O CONSEQUENTE DA NORMA E AS RELAÇÕES

### JURÍDICAS TRIBUTÁRIAS

1. A consequência ou “prescritor” da norma tributária — seus critérios.....	319
2. Relação jurídica e relações jurídicas tributárias.....	321
3. A obrigação tributária e os deveres instrumentais ou formais .....	326
4. A obrigação tributária no Código Tributário Nacional	329
5. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito ativo	334
6. Critério pessoal — os sujeitos da relação — sujeito passivo	337
7. Sujeito passivo e domicílio tributário .....	339
8. Sujeito passivo e capacidade tributária passiva — capacidade para realizar o fato jurídico tributário e capacidade para ser sujeito passivo de obrigações tributárias.....	342
9. Sujeito passivo e solidariedade .....	350

## CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

10. Sujeito passivo e responsabilidade tributária.....	353
11. O critério quantitativo — a definição da dívida tributária	360
12. A base de cálculo na Teoria Geral do Direito Tributário	362
13. A alíquota.....	373

### Capítulo XI

#### SÍNTESE DA REGRA-MATRIZ DE INCIDÊNCIA

1. Visão da regra-matriz de incidência na sua integridade constitutiva .....	377
2. Esquema lógico de representação formal — explicação dos símbolos .....	379
3. A função operativa e prática do esquema da regra-matriz de incidência — exemplos de aplicação no direito positivo brasileiro.....	381

### Capítulo XII

#### CRÉDITO TRIBUTÁRIO E LANÇAMENTO

1. Enunciados e objetos da experiência — “fato” como enunciado protocolar — a constituição jurídica do “fato”	390
2. O evento previsto em norma e a chamada “relação jurídica efectual” .....	395
3. O fato jurídico tributário e seu efeito peculiar: instaurar o vínculo obrigacional.....	397
4. A natureza do crédito tributário — crédito e obrigação	399
5. O crédito tributário no Código Tributário Nacional	400
6. Sobre a norma individual e concreta que documenta a incidência.....	403

XL



7. Os sujeitos credenciados a emitir a norma individual e concreta relativa à percussão tributária.....	404
8. Lançamento tributário — o problema semântico ...	406
9. Demarcação conceitual do vocábulo “lançamento”	411
10. Lançamento tributário: norma, procedimento e ato ..	419
11. Lançamento e a teoria dos atos administrativos.....	423
12. Definição de lançamento tributário .....	424
13. As cláusulas da definição satisfazendo a estrutura do ato	434
14. A norma jurídica do ato de lançamento e a norma que figura como seu conteúdo .....	437
15. O velho problema da natureza declaratória ou constitutiva do lançamento tributário .....	439
16. Sobre o conteúdo do ato de lançamento.....	443
17. Os atributos do ato jurídico administrativo de lançamento.	444
18. Lançamento provisório e definitivo .....	446
19. Lançamento e auto de infração .....	448
20. Do erro de fato e do erro de direito no lançamento tributário.....	450
21. Alterabilidade do lançamento no direito positivo brasileiro .....	453
22. Modalidades de lançamento — crítica.....	459
23. Aspectos do lançamento no Código Tributário Nacional.	461
24. A norma jurídico-tributária, individual e concreta produzida pelo sujeito passivo .....	466
25. A linguagem produtora da norma individual e concreta e o momento em que ingressa no sistema positivo.....	469

### **Capítulo XIII**

## **SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO**

1. A suspensão é da exigibilidade e não do crédito..... 471
2. As hipóteses do art. 151 da Lei 5.172/66..... 472
3. O instituto da moratória e sua disciplina jurídico-tributária 473
4. O depósito do montante integral do crédito..... 478
5. As impugnações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do procedimento administrativo tributário 478
6. A concessão de medida liminar em mandado de segurança..... 479
7. A concessão de tutela de urgência ou de evidência, medida liminar ou de tutela antecipada em outras espécies de ação judicial..... 480
8. O parcelamento..... 481

### **Capítulo XIV**

## **EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS**

1. Possibilidades teóricas de extinção das relações jurídicas ..... 483
2. A extinção do crédito é concomitante ao desaparecimento do vínculo obrigacional..... 485
3. Causas extintivas no Código Tributário Nacional.. 486
4. Pagamento e pagamento indevido..... 487
5. Compensação ..... 495
6. Transação ..... 496
7. Remissão..... 497

8. Decadência .....	498
9. Prescrição .....	503
10. Conversão de depósito em renda.....	510
11. O pagamento antecipado e a homologação do lançamento.....	510
12. A consignação em pagamento.....	513
13. A decisão administrativa irreformável .....	514
14. A decisão judicial passada em julgado.....	515
15. A dação em pagamento em bens imóveis na forma e condições estabelecidas em lei.....	516

## **Capítulo XV**

### **“EXCLUSÃO DO CRÉDITO” TRIBUTÁRIO**

1. O significado da “exclusão do crédito” e as causas excludentes previstas no Código Tributário Nacional	517
2. Crítica às teorias sobre a isenção .....	519
3. Fenomenologia das isenções tributárias .....	524
4. As regras jurídicas sobre isenção no Código Tributário Nacional.....	532
5. Conceito jurídico de anistia fiscal .....	536
6. As prescrições do Código Tributário Nacional sobre anistia .....	537
7. Considerações finais .....	538

## **Capítulo XVI**

### **INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS**

1. Direito e coatividade.....	541
-------------------------------	-----

## CURSO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

2. Sanção — acepções da palavra.....	543
3. Algumas palavras sobre a norma secundária .....	544
4. A estrutura lógica da regra sancionatória — infração e sanção.....	548
5. A infração como hipótese normativa da regra sancionatória — seu núcleo constante.....	550
6. Os crimes fiscais como hipótese normativa da regra sancionatória .....	550
7. Espécies de infrações tributárias .....	551
8. As figuras do “abuso de direito” e da “fraude à lei” no ordenamento jurídico tributário brasileiro.....	557
9. As infrações no Código Tributário Nacional .....	560
10. A sanção como consequente normativo.....	570
11. Espécies de sanções tributárias.....	571
12. Os excessos sancionatórios.....	582
13. Responsabilidade dos sucessores.....	584
14. Responsabilidade de terceiros.....	592
15. Responsabilidade por infrações .....	598
16. Tipicidade, vinculabilidade da tributação e denúncia espontânea.....	599

### Capítulo XVII

#### GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO

#### TRIBUTÁRIO

1. Garantias do crédito tributário.....	605
2. Garantias no CTN e outras garantias expressamente previstas em lei .....	606

XLIV

PAULO DE BARROS CARVALHO

3. Bens que respondem pelo pagamento do crédito tributário.....	611
4. Presunção de fraude na alienação de bens .....	615
5. Os privilégios do crédito tributário .....	617
6. O crédito tributário nos processos de falência do devedor.....	619
7. O crédito tributário nos processos de inventário, de arrolamento e na liquidação das pessoas jurídicas	621
8. Necessidade de quitação.....	622

### Capítulo XVIII

## ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. A atividade de administração tributária em face da lei	625
2. A fiscalização do cumprimento das prestações tributárias	626
3. O dever de sigilo e o auxílio de força pública.....	630
4. Dívida ativa.....	633
5. Certidões negativas .....	635
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>641</b>